

Intervenção de Sua Excelência a Ministra da Ciência e do Ensino Superior na reunião dos Conselhos Científicos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Lisboa, 31 de Janeiro de 2004

Sr. Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia;

Senhores Presidentes dos Conselhos Científicos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia;

Minhas senhoras e meus senhores;

O Ensino Superior e a Ciência são domínios estratégicos para o desenvolvimento do nosso país.

Estamos a viver um **tempo de mudança** na Europa nos domínios da ciência e do ensino superior.

O contexto internacional é cada vez mais exigente e competitivo.

O processo de alargamento da União Europeia coloca-nos perante novos desafios aos quais não podemos deixar de dar resposta.

A Europa é já hoje uma **Economia baseada no Conhecimento**.

Temos de apostar decididamente na **Investigação, no Desenvolvimento, na Inovação e na Qualificação**.

Estes são os **objectivos**.

Objectivos claros, exigentes e ambiciosos.

Objectivos sobretudo ditados por uma lógica qualitativa, mais do que por uma cultura de quantidade.

Para os concretizar, temos duas linhas orientadoras:

- A profunda reforma do Sistema de Ensino Superior que a implementação do **Processo de Bolonha** requer

- A Promoção da **Ciência e Inovação** e a sua **Internacionalização**.

Serão assim nossas prioridades a curto prazo:

1. A implementação da Declaração de Bolonha, aproximando as instituições de Ensino Superior do tecido produtivo e da sociedade;

A) Até 2005 temos de promover:

- a definição do ciclo curto e do ciclo longo
- a organização dos cursos em sistema de créditos
- um sistema de avaliação e acreditação.

A aplicação do processo de Bolonha terá como resultados práticos:

- a saída num ciclo mais curto com empregabilidade
- uma grande mobilidade
- o recentrar dos institutos politécnicos no cerne do nosso sistema de Ensino Superior
- Em suma, uma grande oportunidade de ajustar o nosso sistema ao emprego, produção de riqueza e sua distribuição mais justa.

B) Além dos 2 ciclos de Bolonha, temos de desenvolver dois anos de ensino de vertente profissional em ambiente de ensino superior (especialmente politécnico), sem as mesmas condições de acesso mas com mobilidade para os ciclos seguintes caso tenham condições de acesso.

Esta vertente profissional qualifica os portugueses, resolve o problema de diminuição do número de alunos e retira a pressão da nota de acesso de 9,5.

Apesar de especialmente vocacionado para os institutos politécnicos, mas nada impede as Universidades de desenvolverem esta vertente.

Aliás, já aprovámos experiências piloto na Universidade de Aveiro.

2. A modernização e desburocratização da administração e gestão das instituições do Ensino Superior e simplificação da arquitectura legislativa;
3. O Incremento e modernização da Acção Social, para um ensino de qualidade para todos.

Já alterámos para este ano lectivo o regulamento de atribuição de bolsas que permitirá que mais 5.715 novos estudantes beneficiem de bolsas de estudo pagas pelo Estado. É um aumento de cerca de 10%.

É mais um investimento na justiça social, na igualdade de oportunidades, aos jovens socialmente mais carenciados ou economicamente mais desfavorecidos.

Temos um plano para aumentar o número de camas em residências, os lugares sentados em cantinas até...

4. A Implementação do **plano de acção para o ensino na área da saúde** já anunciado pelo governo, plano

que, pela primeira vez em décadas, enfrenta o problema da carência de médicos no nosso país e aposta numa solução, através de um aumento sustentado de vagas no Sistema Público e abertura do Ensino da Medicina ao Sector Privado.

É um plano que passa pelo:

- Aumento, de pelo menos, 100 vagas para o 1º ano das 5 licenciaturas da Universidade de Coimbra, Lisboa, Nova de Lisboa e Porto já para o ano lectivo 2004-2005;
- Abertura, de pelo menos, 100 vagas a acesso ao curso de licenciatura em Medicina a licenciados em Medicina Dentária;

Esta abertura refere-se às mesmas Universidades. Este procedimento permite antecipar cerca de três anos o processo de formação de novos licenciados em Medicina, de modo a colmatar a falta de Médicos entre 2007-2009 que resulta da drástica redução de vagas nos primeiros anos da década de 80.

- Aumento de 39 vagas na Universidade da Beira Interior e de 50 na Universidade do Minho;
- Avaliar desde já de uma forma célere as propostas de criação de novos cursos de Medicina pelo sector Particular e Cooperativo.
- Lançar um concurso em conjunto com o Ministério da Saúde para parcerias Hospital Universitário - Ensino Superior de Medicina, parceria essa de raiz.

5. A Revisão dos Estatutos das Carreiras, promovendo a sua flexibilidade e mobilidade:

- Docente Universitário
- Docente Politécnico
- Investigador
- Bolseiro

6. A promoção da Inovação através da:

- reorganização das unidades de Investigação e Desenvolvimento, reorientação dos seus objectivos e forma de financiamento, criação de áreas prioritárias com impacto no crescimento económico e áreas de interesse público.

- modernização das Infra-estruturas Científicas, através, por exemplo, do reequipamento científico.
- incremento da valorização e qualificação dos recursos humanos avançados;

Vamos ter pela primeira vez em Portugal um concurso de Bolsas de Mestrado e Doutoramento completamente financiado pelo OE e vamos ter 1000 novas bolsas.

- promoção de inserção de Mestres e Doutores no tecido Produtivo;

A este propósito, anunciámos recentemente bolsas de doutoramento em ambiente empresarial.

- A criação de condições favoráveis ao investimento privado em Investigação e Desenvolvimento;

A decisão de que o nível global da despesa em inovação e Investigação e Desenvolvimento na União deverá ser aumentado a fim de se aproximar dos **3% do PIB até 2010**, dois terços do mesmo devendo provir do sector privado, é um desígnio que coloca a tónica na Ciência, Investigação e Inovação, como motores de competitividade e crescimento. Para concretizar este objectivo, são precisos mais **700 000 novos investigadores na U.E.**

- Portanto temos também de incentivar a investigação em empresas e em consórcio destas com Universidades e Centros de Investigação e Desenvolvimento.

7. A promoção da cultura científica e de divulgação da Ciência que atraia cada vez mais os nossos jovens para as carreiras técnicas e científicas.

Temos de aumentar o número de licenciados, em geral, mas em especial o número de licenciados em Física, Matemática e Tecnologias.

A Europa já fixou esse aumento em 15% até 2010, de forma a que exista um número adequado de especialistas nas diversas áreas científicas.

Temos de aumentar o número de doutores, não só para o sistema científico mas também para o mundo produtivo.

8. Por fim, a **internacionalização** do sistema nacional de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior

Na actual era da globalização e da interdependência, a resposta da Europa às necessidades emergentes em matéria de ensino superior e Ciência e Tecnologia não se poderá confinar exclusivamente às suas fronteiras geográficas, mesmo que em sentido lato.

Urge promover a **atractividade** das nossas instituições de ES e Ciência em relação a estudantes e cientistas de todo o mundo.

O ensino superior e a investigação na Europa têm de ser cada vez mais aliciantes não só para os nossos estudantes e investigadores da Europa mas também para o resto do mundo.

Caminhamos rapidamente para a necessidade básica da **ligação em rede** entre as instituições, inclusive para a promoção de graus internacionais, como por exemplo o grau de Mestrado Europeu.

A **mobilidade** desempenha aqui um papel fundamental.

Quando me refiro à mobilidade, faço-o em sentido amplo: mobilidade de estudantes, professores, investigadores e pessoal administrativo; mobilidade na perspectiva individual, nacional, entre regiões, mas também entre instituições, entre áreas do saber e entre sectores de actividade.

Um outro aspecto que gostaria de referir no que toca à internacionalização do sistema nacional de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior é a necessidade de dotar o nosso tecido científico e empresarial de **meios e competências**, para o preparar para os desafios crescentes dos Programas Europeus como o 6º Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da UE e a recente **Iniciativa para o Crescimento**, aprovada no Conselho Europeu de 12 de Dezembro.

Esta Acção abrange os investimentos tanto materiais como imateriais em dois grandes domínios: por um lado a **infra-estrutura das redes transeuropeias** (RTE), nomeadamente nos sectores dos transportes, das telecomunicações e da energia e, por outro, a **inovação e a Investigação e Desenvolvimento**, incluindo as tecnologias do ambiente.

Esta iniciativa para o crescimento integra um conjunto de projectos denominados “**Projectos de Arranque Rápido**”. Estes projectos terão um modelo de financiamento inovador envolvendo um mecanismo financeiro em que prevê a complementaridade de financiamentos oriundos do 6º Programa Quadro de I&D fundos estruturais, Banco Europeu de Investimento e Financiamento Privado.

É nesta conformidade que tudo faremos para colocar as equipas e empresas portuguesas em posições chave nos projectos de arranque rápido já identificados pela Comissão Europeia, nomeadamente em áreas como o Hidrogénio, os Lasers, as TIC, as Nanotecnologias, o Espaço e o GMES (Global Monitoring for the Environment and Security).

Diria, como conclusão, que a internacionalização do sistema nacional de C&T e ES é um meio essencial para fomentar a exigência e a busca de qualidade e excelência. É pois uma das grandes prioridades deste Ministério.

Obviamente para concretizar todos estes projectos, temos de investir, aproveitando as verbas comunitárias para estes fins.

Também a este nível estamos a o exemplo, gerindo com eficácia os fundos estruturais.

Como é do Vosso conhecimento, o Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação (POCTI) constitui um dos pilares fundamentais do nosso sistema de financiamento de Ciência.

Tenso sido detectadas anomalias que se verificavam desde 2000 o POCTI foi objecto de um enorme esforço de regularização.

Este **plano de regularização** permitiu o devido enquadramento de mais de 2000 projectos e o reforço das acções de acompanhamento e controlo, prevendo-se a sua conclusão durante o 1º semestre de 2004.

Na prática, foi este plano posto em prática pelo Ministério que permitiu o desbloqueamento do financiamento.

É assim possível garantir novamente os fundos estruturais ao serviço da Ciência e Inovação, que são para este Governo factores estruturantes de desenvolvimento do nosso País.

É pois com grande satisfação que gostaria de anunciar o seguinte:

- ❖ No que se refere ao financiamento das unidades de investigação que integram o Sistema Científico Nacional (medida 2.1), será pago o 2º semestre de 2003 até ao fim de Janeiro de 2004.

- ❖ Serão igualmente divulgados os resultados de avaliação de novos centros até ao fim de Janeiro de 2004.

- ❖ No que se refere ao re-equipamento científico, o concurso lançado no 1º semestre de 2002 será avaliado durante o primeiro trimestre de 2004, sendo os resultados publicados em Abril de 2004, perspectivando-se que seja ainda possível financiar durante 2004.

O re-equipamento científico é de importância fundamental, pois a maior parte do equipamento existente encontra-se em fase de obsolescência, com mais de 10 anos. O último grande concurso de aquisição de equipamento remonta a 1991, no âmbito do Programa Ciência.

- ❖ Em relação aos projectos de investigação científica, será aberto concurso em Fevereiro de 2004 em áreas a definir.

- ❖ Em relação aos projectos de apoio a investigação em consórcio (Programa IDEA), terão lugar dois concursos (Março e Setembro de 2004).

- ❖ Na área de promoção da cultura científica, serão levadas a cabo várias iniciativas, nomeadamente o lançamento de concurso para projectos destinados às Escolas e projectos de novos centros Ciência Viva.

Aproveito para informar que na área de divulgação científica, o projecto RCTS – Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade – que apoia a utilização pedagógica de Internet nas Escolas, anteriormente financiada pelo POSI, mas considerada não elegível pela Comissão Europeia, será suportada em 2004 pelo Orçamento do Estado do MCES.

- ❖ No âmbito da Formação Avançada, podemos anunciar o seguinte:

- Os resultados das bolsas de pós doutoramento já submetidas serão divulgados no princípio de Fevereiro de 2004;
- O concurso de bolsas de pós doutoramento, aberto em permanência, terá duas avaliações em 2004: Julho e Dezembro;
- A abertura de um concurso de bolsas de doutoramento em Fevereiro de 2004;
- A abertura em Janeiro de 2004 de concurso de bolsas de doutoramento em meio empresarial;
- O concurso de apoio à inserção de Mestres e Doutores em empresas está aberto em permanência, com avaliação 4 vezes por ano.
- O programa NEST, de apoio à criação de novas empresas de base tecnológica, aberto em permanência e com avaliação 4 vezes por ano.

A Ciência, a Investigação e a Inovação são para este Governo factores estruturantes de desenvolvimento do nosso País.

Assumindo essa mesma importância, o Orçamento de Estado para 2004 reforçou em 12,4% as verbas para a Ciência (total de 239,1 milhões de €) por comparação com o Orçamento em 2003.

Em relação aos Fundos Estruturais, as contrapartidas nacionais na área de Ciência são hoje superiores, quando comparadas com os anos anteriores, numa proporção de 63,3% de esforço nacional para 36,7% de esforço comunitário.

Pela primeira vez, em 2004 o financiamento de bolsas de Formação Avançada é integralmente suportado pelo Orçamento de Estado.

E no âmbito do processo de reprogramação intercalar do III QCA – Quadro Comunitário de Apoio, o Conselho de Ministros aprovou duas novas iniciativas de carácter estratégico:

A INICIATIVA ESTRATÉGICA - CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

A APROVAÇÃO DO REGIME DO MECENATO CIENTÍFICO

A iniciativa estratégica – Conhecimento e Inovação tem por base:

- **O Conhecimento estratégico**, ou seja, a Ciência como factor de qualificação, inovação e competitividade;
- **O Conhecimento estruturante**, ou seja, a Ciência como instrumento de modernização do Estado e da Sociedade.

Numa palavra: a aposta na investigação e na qualificação dos nossos recursos humanos é condição indispensável do nosso desenvolvimento.

Este é o caminho que pode permitir a um País pequeno e com recursos limitados, competir, com sucesso, à escala Europeia e Mundial.

As áreas prioritárias de intervenção são:

- **A Inovação** – traduzida no apoio a **projectos de I&D especializados em sectores estratégicos** visando transferir tecnologia para o sector empresarial, e **em projectos de arranque rápido** de grande impacto na captação de riqueza e na promoção da produtividade e da competitividade;

- **A Sociedade da Informação e do Conhecimento** – investindo prioritariamente na **formação avançada nas áreas das tecnologias de informação, no desenvolvimento de serviços, aplicações e conteúdos seguros, e nas acções mobilizadoras de qualificações e introdução de novas tecnologias nas áreas da Cultura, da Educação, da Defesa, da Segurança e da Saúde;**

- **A Modernização da Administração Pública** – apostando na **formação e qualificação dos seus recursos humanos, na criação de estágios de longa duração de licenciados e doutorados, nos investimentos em acções no domínio da administração em rede**, de forma a obter uma administração moderna, responsável e célere a servir o cidadão;
- **O Desenvolvimento da Ciência e da Formação no Ensino Superior** – intensificando o investimento na área da Saúde e a formação avançada de investigadores e docentes, apoiando a sua inserção nas empresas e nas instituições de I&D, criando novos apoios ao estágio de alunos nas empresas e promovendo a criação de infra-estruturas científicas e do ensino superior.

Para as concretizar, criámos dois novos programas:

- **O Programa Operacional da Ciência e Inovação** - resultante da reestruturação do antigo Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação (POCTI) e das Medidas e Acções dirigidas às instituições de Ensino Superior no Programa Operacional da Educação (PRODEP).

e

- **O Programa Operacional Sociedade do Conhecimento** - resultante da reestruturação do antigo Programa Operacional da Sociedade de Informação e Programas relacionados com a Administração Pública.

Os objectivos são não só evidentes como essenciais: no caso da Ciência e Inovação passam por **apoiar as medidas de estímulo à inovação, o financiamento dos projectos de arranque rápido, a promoção da divulgação científica e o apoio ao ensino superior.**

Já o Programa Operacional Sociedade do Conhecimento pretende **apoiar a modernização da Administração Pública, a concretização da iniciativa nacional para o crescimento e desenvolvimento**

científico e tecnológico nas áreas da Sociedade da Informação, da Cultura, da Educação, da Defesa, da Segurança e da Saúde.

No âmbito destes dois Programas serão concedidas no período 2004-2006, **12 mil bolsas para Formação:**

- **7.000 mil bolsas** para Formação na Administração Pública, com especial destaque nas bolsas para estágios de longa duração de licenciados e doutorados e ainda de formação especializada para quadros da função pública.
- **5.000 mil bolsas** para acções de mestrado e doutoramento bem como para a inserção de mestres e doutores nas empresas.

Esta iniciativa estratégica tem aplicação imediata e a aposta mais forte é concentrada já em 2004, 2005 e 2006.

É esta a nossa vontade política.

O contributo que queremos dar para uma aposta determinada na competitividade da nossa economia.

Os meios financeiros são significativos.

O investimento total a disponibilizar para os dois Programas aprovados é de 1 bilião de Euros, ou se quiserem 200 Milhões de contos para 2004 / 2005 / 2006.

Indo por partes, o Programa Operacional da Ciência e Inovação **disporá de 419 milhões de Euros enquanto o da Sociedade do Conhecimento terá 634 milhões de Euros.**

É o maior investimento financeiro alguma vez realizado em Portugal no domínio da ciência e da investigação.

O Ciência 2010 — Programa Operacional da Ciência e Inovação tem como linhas de acção:

➤ **a formação, qualificação e o desenvolvimento do Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação e a promoção da Cultura Científica e Tecnológica;**

- **a Inovação;**
- **o desenvolvimento do Ensino Superior;**
- Concentrar a sua intervenção em **áreas prioritárias com impacto no crescimento económico.**

Em relação ao Eixo Prioritário 1 – *Desenvolvimento da Ciência e Formação no âmbito do Ensino Superior* – pretendemos:

- ***Promover Acções de reorganização da formação inicial superior e avançada*** de acordo com a Declaração de Bolonha.
- ***Desenvolver o Ensino Superior*** na área da Saúde;
- ***Apoiar as Infra-estruturas*** científicas e do ensino superior.
- ***Promover a Formação Avançada*** de recursos humanos em C&T, formação avançada de investigadores e docentes do ensino superior; **o Apoio à inserção de recursos humanos** altamente qualificados nas empresas e nas instituições de I&D

(Promoção do Emprego Científico) e o **Apoio a estágios** de alunos no Ensino Superior em empresas;

- **Apoiar a divulgação científica e tecnológica**, apoio à produção científica e conteúdos temáticos de divulgação.

QUANTO AO eixo prioritário 2 – **inovação** – este tem como objectivos:

- **A Implementação de projectos de I&D em sectores estratégicos;**
- **A implementação de projectos em consórcio, projectos demonstradores e plataformas tecnológicas;**
- **Os Projectos de Arranque Rápido – Ciência e Inovação** de grande impacto na captação de riqueza, na promoção da produtividade e competitividade;

Por sua vez, o FUTURO 2010 - PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DO CONHECIMENTO tem como linhas de acção:

- Reformar e modernizar a Administração Pública;
- Dar continuidade às Medidas e Acções no domínio da Sociedade da Informação;
- Criar medidas de apoio à Iniciativa Nacional para o Crescimento;
- Criar medidas transversais de apoio e estímulo à Sociedade do Conhecimento nas suas várias vertentes, tais como a Cultura, a Educação, a Defesa, a Segurança, a Saúde.

Este programa terá três eixos prioritários: a *PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO e os PROJECTOS MOBILIZADORES NA ÁREA DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO*

Quanto à promoção da eficiência na administração pública, pretende-se:

- **A formação e qualificação dos recursos humanos na Administração Pública;**
- ***A promoção de estágios de longa duração de licenciados e doutorados na Administração Pública;***
- ***A realização de Estudos e Recursos Didáticos que conduzam à modernização e à melhoria do desempenho na Administração Pública;***
- ***Investimentos em acções no domínio da administração em linha, saúde, educação e cultura em linha.***
- ***Implementação de um ambiente de segurança na concepção e realização de produtos de informações e das comunicações na administração pública.***

Por sua vez, ***A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO tem em vista:***

- ***Certificação de conhecimentos em tecnologias da informação e comunicação;***

- *Formação avançada* nas áreas das tecnologias de informação e comunicação;
- *Desenvolvimento de serviços, aplicações e conteúdos seguros* assente numa infra-estrutura de banda larga, amplamente disponível;
- *Realização de estudos* de interesse científico comprovado a desenvolver em Portugal ou no estrangeiro;

Por último, os ***PROJECTOS MOBILIZADORES NA ÁREA DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO*** *prendem-se com:*

- *Promoção das regiões do conhecimento* através da criação de redes (envolvendo, por exemplo, empresas, instituições de ensino superior, autarquias, associações empresarias);
- *Acções mobilizadoras a nível nacional* em áreas relacionadas com riscos sistémicos, e áreas estratégicas (oceanos, espaço, catástrofes naturais, segurança);

- *Acções mobilizadoras* de qualificações e introdução de novas tecnologias nas áreas da Cultura, Educação, Defesa, Segurança e Saúde.

Uma Importante decisão também aprovada no domínio da Ciência e Investigação e igualmente inovadora foi a criação do Mecenato Científico.

Como todos sabem, a União Europeia definiu o objectivo de aumentar o esforço europeu de investigação e de desenvolvimento para 3% do PIB da União até 2010, sendo que dois terços devem ficar a cargo do sector privado e um terço a cargo do sector público.

Em Portugal, ao contrário da orientação definida, o contributo do sector privado é ainda claramente insuficiente e bem menor que o do Estado.

É necessário incentivar a iniciativa privada e investir mais em investigação.

O objectivo é claro: conceder benefícios fiscais a todos quantos, através de apoios em dinheiro ou em espécie, decidam investir em inovação e investigação.

Os mecenas – aos quais aproveitará o regime de benefícios fiscais – poderão ser particulares ou pessoas colectivas, de natureza pública ou privada.

Os beneficiários do **Mecenato Científico** serão entidades que prossigam actividades científicas, reconhecidas como tal por uma entidade reguladora, designadamente institutos, fundações, associações, instituições de ensino superior, unidades de I&D e centros de investigação.

Será também criado o “Certificado Ciência 2010”, que reconhecerá o valor científico da actividade desenvolvida.

Concluindo, as medidas apresentadas – A Iniciativa Estratégica para o Conhecimento e Inovação, as Bolsas de Formação e o Mecenato Científico assumem um papel determinante para a **promoção da Ciência em Portugal**, constituem um **apoio claro para a comunidade científica** nacional e representam um **aposta fundamental no SOCIEDADE DO CONHECIMENTO**, como instrumento essencial de um País que se quer mais rico, mais justo e mais culto.

Este investimento é estruturante e estratégico.

É o investimento na formação e na qualificação.

É o investimento na qualidade, na inovação e na excelência.

Muito obrigada.

É minha convicção que só com uma **aposta profunda na qualificação** dos portugueses na ciência e inovação Portugal ganhará a batalha do desenvolvimento.

Só através de uma agenda **ambiciosa e reformista** conseguiremos alcançar a muito curto prazo os nossos objectivos e ultrapassar os desafios: maior crescimento económico, maior empregabilidade, mais riqueza e mais justiça social.

Só com um **ensino superior e um sistema científico e tecnológico de qualidade** podemos enfrentar os desafios da crescente competitividade internacional.

Só através da **criação e transmissão do conhecimento** poderemos vencer a batalha do desenvolvimento, da criação da riqueza e sua distribuição mais justa.

O ensino superior, a ciência, a tecnologia e a inovação são **áreas indispensáveis para a concretização destes objectivos.**

Vamos, com toda a certeza, utilizá-las para construir um projecto mobilizador para o futuro de Portugal.

Muito obrigada.